

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Termo de Referência 44/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2025	254463-INSTITUTO OSWALDO CRUZ	MARIA APARECIDA DA ROCHA DE OLIVEIRA	09/09/2025 11:20 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	97/2025	25030.001423/2025-87

1. Termo de Referência

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Contratação de serviço de publicação de artigo científico (CatSer 10049), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CatSer	Unidade de Medida	Prazo p/ entrega	Valor Total
1	Contratação do serviço de publicação do artigo intitulado: “Preparing for Practice: A Comparative Analysis of Anesthesiology Residency Competencies in Brazil, Spain, and the United Kingdom” (Revista: Journal of Medical Education and Curricular Development, Editora: SAGE Publication Inc.) para o Laboratório de Comunicação Celular.	10049	Serviço	até 90 (noventa) dias	R\$ 16.800,00 USD (6,0)
TOTAL					R\$ 16.800,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de até 90 (noventa) dias contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021)

2.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea *b*, da Lei nº 14.133/2021, considera-se “necessidade” a situação que demanda a aquisição de bens ou a contratação de serviços para o cumprimento de competências institucionais ou atendimento ao interesse público.

A presente contratação refere-se ao **pagamento de publicação de artigo científico em revista internacional de acesso aberto**, condição indispensável para a **disseminação dos resultados de pesquisa técnico-científica** desenvolvida no âmbito do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz).

Tal necessidade está alinhada à **missão institucional da Fundação Oswaldo Cruz**, de **promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico**, e à diretriz do IOC de **fortalecer a produção e a divulgação científica como instrumento de transformação social e consolidação da ciência aberta**. A publicação internacional amplia a visibilidade da produção científica da instituição, assegura a transparência dos resultados alcançados com recursos públicos e contribui diretamente para o avanço do conhecimento em saúde pública.

Assim, a contratação atende a uma **necessidade institucional legítima** e justificada à luz da legislação vigente e das diretrizes da Fiocruz.

Por fim, o documento foi elaborado na plataforma Gov.br - no Sistema TR Digital.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)

3.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de publicação de artigo científico. Verifica-se que a solução pretendida objeto desta contratação irá permitir uma ampla divulgação dos resultados das pesquisas, realizada pelos laboratórios do IOC, para conhecimento da comunidade científica e futuras investigações sobre o tema. Não foi encontrada solução alternativa mais econômica para atender esta demanda.

3.2. O ciclo de vida do objeto tem início com a realização de pesquisa científica, com já dito, passando pela submissão e aprovação do manuscrito em periódico de alto impacto com avaliação por pares, e culminando na publicação final e disseminação do conteúdo produzido. A solução proposta contempla, portanto, a fase de difusão dos resultados científicos, elemento essencial para o cumprimento da função social da pesquisa pública. O serviço em questão não se confunde com serviços editoriais contínuos ou de larga escala, tampouco configura contratação habitual ou parcelável.

3.3. Trata-se de um serviço único, vinculado à aprovação específica de um artigo em periódico internacional, cuja taxa de publicação é fixada unilateralmente pela editora, sendo prática corrente de mercado que a negociação de preços seja inexistente ou extremamente limitada. Nesse sentido, não se verifica a possibilidade de economia de escala ou de parcelamento, uma vez que a contratação é feita diretamente com a editora responsável pelo periódico, e os valores são definidos conforme o tipo de publicação, formato de acesso e políticas editoriais vigentes.

3.4. O objeto da contratação se concentra em uma única tarefa (pagamento da taxa de publicação), a solução deve ser entendida de forma integrada ao ciclo da política científica institucional, em conformidade com os princípios de inovação, acesso ao conhecimento e sustentabilidade do investimento público em pesquisa. O modelo de publicação open access se alinha a arranjos inovadores ao promover economia circular do conhecimento, possibilitando que o conteúdo esteja livremente disponível, reutilizável e acessível por outros pesquisadores, profissionais e pela sociedade em geral, potencializando os efeitos da pesquisa realizada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

É por meio do artigo científico que o cientista contribui com a expansão do conhecimento, e torna pública suas descobertas para toda a sociedade, possibilitando assim, que a comunidade acadêmica possa avaliar, estudar e, principalmente, discutir e tentar replicar as descobertas da pesquisa. Esta é a razão pela qual resultados não publicados não são levados a sério pela comunidade

acadêmica, mesmo que estejam corretos. A publicação do artigo é a primeira etapa de validação da pesquisa científica justificando assim a necessidade de contratação de empresa especializada.

A escolha da revista se baseia nos seguintes critérios: preço da publicação, menor tempo previsto para análise do artigo (tempo de resposta), menor tempo entre a aprovação do artigo e sua publicação, principalmente, notoriedade da revista medida através de seu fator de impacto (número de citações nos anos $n + 1$ e $n + 2$ dividido pelo número de artigos publicados no ano), revisto e divulgado a cada ano.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: (a) O artigo é submetido à editora para análise e, após detalhado exame, aprova sua publicação, segundo seus critérios; (b) O envio do manuscrito é feito através do portal do periódico sem custo de envio para a Administração; (c) A publicação será autorizada após assinatura do cont e feito o pagamento nos tramites efetivados pelo comércio exterior; (d) o prazo de execução terá início a contar da data de emissão do contrato. Após, será feito o envio pela Unidade do processo devidamente instruído para o Setor de Importação e Exportação da Fiocruz (SIEEX), responsável pelos procedimentos necessários para remessa de divisas ao exterior. Ressaltamos, que a execução do serviço irá se ater ao exercício vigente e que o prazo de execução não pode ser superior a 90 (noventa) dias.

4.1.2. Serviço continuado ou não

Não se trata de serviço continuado, mas sim de contratação pontual de pagamento de publicação de artigo aprovado em revista internacional.

4.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade

O serviço contratado é de baixo impacto ambiental, por se tratar de uma atividade eminentemente digital, que não demanda o uso de materiais impressos, transporte ou armazenamento físico. Isso se alinha à política institucional de redução do consumo de recursos naturais. Além disso, contribui para a promoção da ciência aberta, conforme preconizado pela Política de Acesso Aberto da Fiocruz (PORTARIA Nº 108, de 24 de fevereiro de 2025), como alternativa sustentável aos tradicionais processos editoriais baseados em impressão e distribuição física. Considerando tratar-se de prestação de serviço especializado de natureza intelectual, não se identificam etapas que comportem, de forma significativa, a incorporação adicional de critérios ambientais ou práticas sustentáveis específicas no planejamento ou execução do objeto, além das já inerentes à própria natureza digital do serviço.

4.1.4. Duração inicial do contrato

O prazo de vigência da contratação será de até 90 (noventa) dias contados da data da assinatura do contrato.

4.1.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Não se aplica. Trata-se de contratação específica para o pagamento de publicação de artigo científico em revista internacional, sem previsão de continuidade. O serviço contratado não envolve desenvolvimento, fornecimento ou transferência de conhecimento técnico, tecnologia ou métodos que demandem transição ou absorção institucional.

4.1.6. Quadro com soluções de mercado

A seleção da revista ocorre com base na área temática, fator de impacto, escopo editorial e aderência aos objetivos científicos do artigo submetido. Por se tratar de **serviço vinculado à editora específica que aprovou o artigo para publicação, não há alternativas técnicas viáveis ou competição direta entre fornecedores**, já que o pagamento está vinculado exclusivamente à revista que aceitou o manuscrito.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.3.1. Considerando o objeto da contratação, não se faz necessário que a contratada, através da garantia, comprove possuir capacidade de cumprir as condições, custos e prazos. O não cumprimento da obrigação implicará nas sanções previstas neste instrumento.

5. VISTORIA

5.1. Não se aplica. O objeto da contratação não exige deslocamento, avaliação de instalações físicas ou verificação presencial para sua execução, por se tratar de serviço intelectual e digital.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica.

6.1.1. O artigo é submetido à editora para análise e, após detalhado exame, aprova sua publicação, segundo seus critérios;

6.1.2. O envio do manuscrito é feito através do portal do periódico sem custo de envio para a Administração;

6.1.3. A publicação será autorizada após o envio da nota de empenho e feito o pagamento nos tramites efetivados pelo comércio exterior;

6.1.4. O prazo de execução terá início a contar da data de 90 (noventa) dias contados da data de assinatura do contrato. Após, será feito o envio pela Unidade do processo devidamente instruído para o Serviço de Importação e Exportação da Fiocruz (SIEEX), responsável pelos procedimentos necessários para remessa de divisas ao exterior. Ressaltamos, que a execução do serviço irá se ater ao exercício vigente.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Não há necessidade de fornecimento de materiais, bens ou equipamentos físicos por parte da Administração. A execução do objeto dependerá apenas da disponibilização de **informações documentais e dados da publicação**, como: comprovação do aceite do artigo pela revista científica; fatura (invoice) ou comunicação oficial da editora contendo os dados para pagamento da taxa de publicação (APC); dados do(s) autor(es) e do artigo para fins de registro e instrução processual.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Na proposta da empresa deverá computar todos os custos necessários para a prestação dos serviços, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, taxas, fretes, seguros e outros que venha incidir sobre o serviço contratados.

8.2. O pagamento de taxa de publicação (Article Processing Charge – APC) é pré-fixado pela editora científica, conforme fatura ou comunicação oficial apresentada pela área demandante.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.9. A indicação do responsável pela fiscalização consta no Documento de Formalização da Demanda;

9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

9.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

9.2.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.2.2.1. O processo, devidamente instruído, deverá ser encaminhado ao Serviço de Importação e Exportação da Fiocruz (SIEEX) para proceder com a remessa das divisas ao exterior.

9.2.2.2. Cabe ao SIEEX, setor competente para proceder o pagamento, verificar se a Invoice apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.2.2.1. banco;

9.2.2.2.2. endereço;

9.2.2.2.3. número do banco;

9.2.2.2.4. agência;

9.2.2.2.5. conta corrente

9.2.2.2.6. valor a pagar; e

9.2.2.2.7. moeda.

9.2.2.3. Havendo erro na apresentação da Invoice, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.2.2.4. O pagamento será feito nos tramites efetivados pelo comércio exterior, através de contrato de câmbio contendo os valores em moeda nacional e estrangeira assim como a taxa cambial utilizada;

9.2.2.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.2.2.6. Após a efetivação do pagamento o processo será devolvido à unidade para ciência e arquivamento.

9.2.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.3.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.3.1. A aceitação do manuscrito está condicionada à concordância de todos os autores com as políticas de publicação da Contratada.

9.3.2. Após o aceite para publicação por parte da Contratada, a mesma deverá enviar uma prova do artigo editado e formatado, que eventualmente substituirá o manuscrito aceito online sendo considerada a versão final do artigo.

9.3.3. Não havendo necessidade de correção da prova do artigo enviada, o artigo seguirá para publicação.

9.3.4. A aceitação do objeto se dá assim que o artigo possuir um Identificador de Objeto Digital (DOI). Dessa forma ele pode ser considerado publicado e citável.

9.3.5. O prazo entre a aceitação do manuscrito, incluindo correção e a publicação deverá se ater ao prazo definido para execução do serviço, ou seja, período de até 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, *caput* da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.1. O objeto dessa inexigibilidade tem a natureza de serviço comum constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

10.1.2. Não há possibilidade de ter competitividade, posto que a forma de contratação deste serviço se dá através da aceitação do artigo e somente a empresa que aceitar publicar, poderá ser contratada. Os artigos são submetidos às revistas/jornais que trabalham publicando, de forma específica, artigos que contenham o objeto da pesquisa desenvolvida pelo referido laboratório, além da alta qualidade editorial apresentada. Ainda há o fato de que não há a possibilidade de enviar o mesmo artigo para várias editoras, até mesmo porque não é permitido, dentre as editoras, a submissão de um mesmo artigo. Somente após a negativa de uma, é que se pode submeter à outra.

10.1.3. Vale destacar que há um juízo crítico acerca da consistência do valor global apresentado que se dá não só com o histórico de contratações da própria editora, mas também com a comparação do custo médio dos mais de 1.000 artigos já recebidos/atendidos nos últimos 10 anos de diferentes editoras (perto de USD 1.400,00), entendendo o valor cada publicação é passível de variação tendo em vista que o custo depende de diversos fatores, tais como: influência do periódico, velocidade de publicação, custos dos processos de editoração, revisão por pares e publicação (tais como: tipo de desenho, cores, tamanho de letra, quantidade de lauda etc).

10.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

10.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União:

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Subunidade: Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

UGR: 254463

Fonte de recursos: 0151000000

Programa de Trabalho: 006.8315.132.1399

Natureza de despesa: 339039

11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir.

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000001/2025

II) Data de Publicação no PNCP: 27/03/2024

III) ID do Item no PCA: 711

IV) Classe/Grupo: 891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 254463.97/2025

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2025.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANA LOPES DE ALMEIDA RIBEIRO

Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - IOC

MONICA MARCIA MARTINS DE OLIVEIRA

Diretoria do Instituto Oswaldo Cruz – Gabinete IOC